

XI Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2015.

Espaço Urbano: Habitar espaço de vida.

Natália Carvalho da Rosa.

Cita:

Natália Carvalho da Rosa (2015). *Espaço Urbano: Habitar espaço de vida*. XI Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-061/47>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Espaço Urbano: Habitar espaço de vida

Natália Carvalho da Rosa- mestranda em sociologia pela Universidade Federal de Pelotas-RS

natalirs@gmail.com

O presente trabalho visa compreender a heterogeneidade que o espaço urbano apresenta em sua constituição, em conflito com o mercado imobiliário que transforma tais espaços, desarticulando as relações sociais históricas, desenraizando o habitar das comunidades periféricas. Tendo em vista, a implementação de um processo homogêneo de habitação que está em conflito com os moradores que vivenciam cotidianamente o espaço urbano. De acordo com LEFEBVRE: “O homem habita como poeta”. Isso quer dizer que a relação do “ser humano” com a natureza e com sua própria natureza, com o “ser” e seu próprio ser, reside no habitar, nele se realiza e nele se lê. Compreende-se então que a relação do ser humano com o mundo, com a natureza, foi profundamente transformada, conforme os interesses do mercado. Sendo, a heterogeneidade da natureza do habitar substituída pela homogeneidade do Habitat, de acordo com a racionalidade quantitativa do mercado imobiliário. Portanto, através do referencial da sociologia urbana. Investiga-se, a contradição da imposição feita pelo capital, em conflito com a poesia do habitar, através de um novo olhar a respeito do projeto das habitações populares e sobre a forma como são realizadas, tendo em vista, as necessidades das populações locais.

Palavras chaves: Espaço, urbano, habitar, mercado, habitação.

Introdução

O presente projeto pretende investigar, numa perspectiva sociológica, os impactos do processo de deslocamento na vida cotidiana de um grupo de moradores na cidade de Pelotas-RS. Para isso, analisa-se a transição do habitar dos moradores destas periferias para o habitat dos conjuntos habitacionais populares, no contexto da globalização da economia, estudando as transformações no cotidiano dessas comunidades que estão sendo removidas.

Atualmente são implantados no Brasil grandes projetos de infraestrutura como rodovias, portos, urbanização de favelas. Parte significativa desses projetos tem sido realizada pelo poder público, por meio do programa Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), com vistas ao desenvolvimento acelerado do país. Neste contexto, têm ocorrido na cidade de Pelotas diversas remoções de moradias irregulares, em razão de obras de infraestrutura. Para a implantação das obras será necessário remover moradores, comunidades que se encontram naquela localidade há décadas.

Desta forma, verificar-se os impactos dessa transformação no cotidiano dessa comunidade local removida. Tendo em vista, o modelo de crescimento econômico que está sendo implantado.

Contexto da urbanização no Brasil

A reflexão sobre a moradia constitui uma das temáticas centrais na investigação sociológica, emergindo das lutas pela sobrevivência na cidade. Para requalificar alguns espaços da cidade, são realizadas obras de infraestrutura que facilitam investimentos empresariais, que resulta na remoção de populações, por parte do Estado. Desta forma, parece importante avaliar a concepção de política urbana presente no Brasil, verificando, em particular, o caso da cidade de Pelotas, a fim de pesquisar os impactos sociais, culturais e econômicos dos deslocamentos na vida das comunidades locais.

Com isso, nota-se que a remoção dos moradores das áreas ocupadas visa a modernização urbana bem como eliminar a precariedade dos assentamentos urbanos, principalmente as favelas, que desvalorizavam as áreas do seu entorno. Sendo assim, ao remover a favela, remove-se um dos obstáculos para aumentar a supervalorização da terra, ao mesmo tempo em que se leva para mais longe os seus moradores e sua pobreza. Segundo Rolnik:

A valorização ou desvalorização de uma região depende dos investimentos públicos e privados naquele espaço, o investimento maciço, representado por grandes trabalhos de remodelação, alteram substancialmente o mercado imobiliário. (Rolnik, 1995, p. 63)

Este processo de modernização urbana emerge de um modelo de urbanização fortemente homogêneo que pode acentuar a segregação espacial, reconfigurando a paisagem da cidade e as relações sociais em um determinado espaço urbano.

A urbanização se intensificou ao longo do século XX em nível mundial, variando de intensidade e de forma de um território para o outro, em decorrência das particularidades locais. No Brasil ocorreu um movimento intenso de industrialização que gerou de forma mais profunda o processo de urbanização. Nesse sentido Maricato:

O Brasil, como os demais países da América Latina, apresentou intenso processo de urbanização, especialmente na segunda metade do século XX. Em 1940, a população urbana era de 26,3% do total. Em 2000 ela é de 81,2%. (Maricato, 2013, p. 16)

Portanto, ao se intensificar o processo de urbanização no Brasil, o movimento migratório da população em direção à cidade fez com que fossem criados assentamentos urbanos para abrigar essas populações. Emergindo a racionalização do espaço. Este processo ficou evidente nas vilas e cortiços construídos nessa época. Segundo Bonduki (2011, p.47) “Os casos em que a industrialização ocorreu simultaneamente à urbanização, gerou cidades em torno de grandes fábricas.”. Ainda, nesse sentido Rolnik:

Isto significa também a passagem de uma economia baseada na produção de subsistência, onde se produz para o sustento dos próprios produtores, para uma economia mercantil, onde se comercializa o excedente. (Rolnik, 1995, p. 31).

Assim, salienta-se que a forma de moradia de grande parte da população migrante eram as favelas e cortiços, o que se tornou um problema social. Assim, na década de 30, a temática de habitação entra em debate, como questão fundamental da vida do trabalhador, tornando-se um problema do Poder público.

Em 1964, ano do golpe militar, criou-se o Banco Nacional de Habitação (BNH) que possuía a lógica desenvolvimentista para o processo de urbanização das cidades brasileiras. Tendo em vista que surge em decorrência do déficit habitacional existente no Brasil, bem como se constituiu numa resposta do Estado ao capital, no sentido da reprodução deste aos interesses externos, além de ter servido como instrumento de controle econômico e político, auxiliando, em certos momentos, a amenização dos conflitos pela posse do solo urbano. Esclarece Milton Santos:

O golpe de Estado de 1964, todavia, aparece como um marco, pois foi o movimento militar que criou as condições de uma rápida integração do país a um movimento de internacionalização que aparecia como irresistível, em escala mundial. A economia se desenvolve, seja para atender a um mercado consumidor em célere expansão, seja para responder uma demanda exterior. (...) A população aumenta, à classe média ampliada, a sedução dos pobres por um consumo diversificado e ajudado por sistemas extensivos de crédito servem de impulso à expansão industrial. (SANTOS, 2013, p. 39).

Intensifica-se a construção de moradias, balizada na parceria público-privado, produzindo um espaço urbano abstrato, valor de troca. Assim, a produção do espaço social onde se realiza a vida cotidiana é reconfigurado em razão dos projetos habitacionais balizados pelo modelo de crescimento econômico vigente no mundo. Segundo Santos:

Os conjuntos residenciais, levantados com dinheiro público – mas por firmas privadas – para as classes médias baixas e os pobres, situam-se quase invariavelmente nas periferias urbanas, a pretexto dos preços mais acessíveis dos terrenos, levando, quando havia pressões, a extensões de serviços públicos como luz, água, às vezes esgotos, pavimentação e transportes, custeados, também, com os mesmos recursos. É desse modo que o BNH contribui para agravar a tendência ao espraiamento das cidades e para estimular a especulação imobiliária. A construção de um conjunto residencial, e a consecutiva dotação de infraestruturas, valoriza os terrenos ao redor, estimulando os proprietários a uma espera especulativa. Produzem-se novos vazios urbanos, ao passo que a população necessita de habitação, mas sem poder pagar pelo seu preço nas áreas mais equipadas, deve deslocar-se para mais longe, ampliando o processo de periferização. (SANTOS, 2013, p. 124)

Assim, os critérios de estruturação urbana são concebidos a partir da concorrência urbana com a pretensão de homogeneizar o espaço da cidade para atrair mais investimentos externos, expulsando dos limites urbanos a população mais carente e eliminando os territórios da informalidade. Nas palavras de Maricato:

Logo, percebe-se que o processo de urbanização no Brasil produziu cidades marcadas pela divisão sócioespacial. O crescimento das cidades expressa a desigualdade social e econômica no uso do espaço urbano, onde se produzem os espaços de moradia, em geral insalubres, conformando um quadro de precária moradia e saneamento básico. A tragédia urbana brasileira não é produto das décadas perdidas, portanto. Tem suas raízes muito firmes em cinco séculos de formação da sociedade brasileira, em especial a partir da privatização da terra (1850) e do trabalho livre (1888). (Maricato, 2013, p. 23)

Nos anos 90, com a consolidação no Brasil do projeto neoliberal, estabeleceu-se, como condição para a captação de recursos do governo federal, um novo modelo de atuação do poder público com relação às favelas. Nesse sentido, Rolnik:

A lógica capitalista passa a ser então um parâmetro essencial na condução de uma política de ocupação da cidade, que se expressa também na intervenção do Estado. Para exercer esta intervenção, todo um aparelho de Estado vai ser organizado. (Rolnik, 1995, p. 16-17)

Importante, compreender para a investigação sociológica um pouco o sentido de espaço e como as diferentes espacialidades e espaço-temporalidades funcionam. A concepção de espaço relativo que Harvey propõe é que ele seja compreendido como uma relação entre objetos que existem pelo próprio fato dos objetos existirem e se relacionarem. Em outro sentido o espaço pode ser concebido como relativo e o autor propõe chamá-lo espaço relacional, espaço considerado, à maneira de Leibniz, como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto pode ser considerado como existindo somente na medida em que contém e representa em si mesmo as relações com outros objetos (HARVEY, 1980).

A noção relacional do espaço-tempo implica a ideia de relações internas; influências externas são internalizadas em processos ou coisas específicos através do tempo.

Para Bourdieu (2008), o espaço social se retraduz no espaço físico, o poder sobre o espaço que a posse do capital proporciona, sob suas diferentes espécies, se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de uma relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos.

A posição de um agente no espaço social se exprime no lugar do espaço físico em que está situado e pela posição relativa que suas localizações temporárias e sobretudo permanentes ocupam em relação às localizações de outros agentes; ela se exprime também no lugar que ocupa no espaço através de suas propriedades.

Ainda acerca do Espaço, Lefebvre (1969) define três momentos na produção social do espaço: o espaço concebido; o espaço vivido; e o espaço percebido.

O espaço concebido é o da representação abstrata exprimido no capitalismo pelo pensamento hierarquizado, imóvel, distante do real. Advindo de um saber técnico e ideológico, as representações do espaço privilegiam a idéia de supremacia do valor de troca e da racionalidade.

O espaço percebido, por sua vez, surge como uma intermediação da ordem distante e da ordem próxima, referentes aos desdobramentos das práticas espaciais oriundas de atos, valores e relações específicas de cada formação social. Deste modo, atribui às representações mentais materializadas, funcionalidades e usos diversos, que correspondem a uma lógica de percepção da produção e da reprodução social.

O espaço vivido significa a contradição com relação ao modo de vida programado. Enquanto experiência cotidiana está vinculada ao espaço das representações através da insurreição de usos contextuais, tornando-se um resíduo de clandestinidade da obra e do irracional. O espaço social, então, configura-se como a expressão mais concreta do espaço vivido, quando entendido pela soberania do homem sobre o objeto, através de sua apropriação pela corporeidade das ações humanas. O espaço que se opõe ao homogêneo e contempla o uso. Em decorrência desta afirmação, percebe-se que não existe uma imutabilidade entre as dimensões espaciais; desta forma, nada impede que o espaço concebido absorva o espaço do vivido.

Uma parte da inércia das estruturas do espaço social resulta do fato de que elas estão inscritas no espaço físico e que não poderiam ser modificadas senão ao preço de um trabalho de transplantação, de uma mudança das coisas e de um desenraizamento ou de uma deportação de pessoas, as quais suporiam transformações sociais extremamente difíceis e custosas.

Portanto, a questão da habitação deve ser apreendida a partir do desenvolvimento capitalista que materializa no espaço da cidade os processos de acumulação do capital. (LEFEBVRE, 1999). Assim, as formas de urbanização são, antes de tudo, formas de divisão social e territorial, logo, a cidade, reúne as condições gerais para a produção e os meios de reprodução do capital, de modo que ficam explicitadas as contradições das

relações construídas a partir da apropriação privada dos bens socialmente produzidos. “A cidade, enquanto local permanente de moradia e trabalho se implanta quando a produção gera um excedente, uma quantidade de produtos para além das necessidades de consumo imediato.” (ROLNIK, 1995, p.16).

Deste modo, pesquisar a dialética do espaço significa ponderar sobre as contradições presentes no espaço-mercadoria, concepção mundial a partir do consumo do espaço. A cotidianidade moderna se resume a produção e o consumo, produzindo uma sociedade burocrática de consumo dirigido. “Os espaços construídos dentro da lógica capitalista seguem a padronização e o individualismo desta racionalidade, são, portanto, espaços abstratos, primados pela razão estética e pela força das imagens.” (LEFEBVRE, 1980 p. 47).

Nesse sentido, faz-se importante ainda a análise de Henri Lefebvre (1969): Não é um pensamento urbanístico que dirige as iniciativas dos organismos públicos, é simplesmente o projeto de fornecer moradias o mais rápido possível pelo menor custo possível. Os novos conjuntos serão marcados por uma característica funcional e abstrata: o conceito de habitat levado a sua forma pura pela burocracia estatal.

Outros conceitos fundamentais para a pesquisa são o habitar e habitat. De acordo com Lefebvre (1969, p.78): “habitar é o espaço onde o homem habita como poeta”, a poesia que o ser humano oferece a si mesmo para jamais deixar de ser poeta, a prática milenar. Ao contrário, “o Habitat foi instaurado pelo alto: aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo obrigando o “vivido” a encerrar-se em caixas, gaiolas.”.

Assim, as atuais políticas de construção de moradia se configuram como programas de gestões, que administram e gerenciam não apenas os projetos, mas à vida das pessoas. Desconsiderando a compreensão da memória dos atores sociais periféricos. De acordo com Chauí:

A desvalorização da memória também aparece na proliferação de objetos descartáveis, na maneira como a indústria da construção civil destrói cidades inteiras para torná-las “modernas”, destruindo a memória e a História dessas cidades. (chauí, 2000 p. 161)

Ainda, neste sentido, o modo como o local poderia ser vivido por aqueles que o encontram se torna então imprevisível e incerto. A memória coletiva, um difuso, mas poderoso sentido que tanto permeia uma cena urbana pode desempenhar um papel significativo na animação dos movimentos políticos e sociais. Conforme Rolnik:

Na cidade- escrita, habitar ganha uma dimensão completamente nova, uma vez que se fixa em uma memória que, ao contrário da lembrança não se dissipa com a morte. Não são somente os textos que a cidade produz e contém (documentos, ordens, inventários) que fixam esta memória, a própria arquitetura urbana cumpre este papel. (Rolnik, 1995, p.17)

A questão urbana necessita de uma dose de utopia e desejo, como pensa Lúcio Kowarick (2009), no viver cotidiano dos moradores em seus enfrentamentos diários, tendo em vista a necessidade de superar os reveses da vida na cidade. Portanto, pensar as cidades em sua complexidade trágica e criativa.

Segundo Harvey (2004), necessita-se avançar na compreensão da heterogeneidade espacial ao possibilitar o estudo da história dos espaços nos quais a vida é vivenciada de modo distinto, nos espaços fomentadores de alternativas.

E se, como Balzac uma vez colocou, “a esperança é uma memória que deseja”, então a criação de um “espaço de esperança” naquele lugar requer que a memória seja internalizada, ao mesmo tempo em que caminhos são deixados abertos para a expressão do desejo (HARVEY, 2004, p.184).

Os Direitos, como observa pertinentemente Lefebvre, não significam nada sem a possibilidade de serem concretizados no espaço e no tempo, O Direito à Cidade então é como um direito inalienável à vida, pela valorização da obra e do uso, isto só é possível através da construção de uma análise da cidade mais voltada para um novo humanismo. Portanto, o espaço não é apenas uma condição e um produto, mas meio para as relações conflitantes dentro do capitalismo. Assim, é preciso entender como a reprodução das relações do capitalismo moderno se desdobra para a vida cotidiana de uma sociedade urbana. Necessário se faz a reflexão de Santos:

De fato, os eventos são, hoje, dotados de uma simultaneidade que se distingue das simultaneidades precedentes, pelo fato de ser movida por um único conjunto motor, a mais-valia em nível mundial, que é, em última análise, responsável, direta ou indireta, pela forma como os eventos se dão sobre os diversos territórios. Essa unificação se dá em grande parte através do nexos financeiro e conduz a uma reformulação do espaço em escala mundial. (SANTOS, 2013, p.48)

Dessa forma, verifica-se, que o Estado contribui de maneira determinante no mercado imobiliário, principalmente através do controle que exerce sobre o mercado dos solos e as formas de ajuda que fornece para a compra ou aluguel de habitações; e que, ao mesmo tempo, contribui para definir a distribuição social do espaço ou, se preferirmos, a distribuição das diferentes categorias sociais no espaço.

Considerações finais

A formação do espaço urbano no Brasil expressa as contradições econômicas e sociais da sociedade de classes. Os trabalhadores que não têm poder aquisitivo para acessar a produção habitacional privada, aliado a incipiente atuação do Estado nas políticas habitacionais, constroem alternativas de moradia nos mais diversos espaços, na maioria das vezes, inadequados. Conforme demonstra Maricato:

Trata-se, entretanto, de uma gigantesca construção de cidades, parte delas feita de forma ilegal, sem a participação dos governos, sem recursos técnicos e financeiros significativos (p. 37) (...). O processo de urbanização se apresenta como uma máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente (...). O direito à invasão é até admitido, mas não o direito à cidade (MARICATO, 2001, p. 39).

Portanto, compreende-se que os programas de urbanização brasileira foram marcados, desde seu início, pela segregação da população pobre, privada do acesso à moradia e aos serviços de infraestrutura urbana básica, restando-lhe os cortiços, as favelas e os loteamentos irregulares.

Por fim, ressalta-se que os habitantes da cidade não tiveram historicamente o seu direito do fazer a cidade. Em conformidade com o seu desejo, contrapondo-se, pois aos interesses dos proprietários de imóveis, incorporadores, especuladores, do capital financeiro e dos que controlam o Estado. Estes últimos, por sua vez, acabaram sendo os agentes que fizeram a cidade em detrimento daqueles que a habitam.

Enquanto o crescimento econômico se manteve acelerado o modelo “funcionou” criando uma nova classe média urbana, mas mantendo grandes contingentes sem acesso a direitos sociais e civis básicos: legislação trabalhista, previdência social, moradia e saneamento, entre outros. A recessão que se seguiu nos anos 80 e 90, quando as taxas de crescimento demográfico superaram as do crescimento do PIB, fazendo com que a evolução do PIB per capita fosse negativa na década de 1980, trouxe um forte impacto social e ambiental, ampliando o universo de desigualdade social. (Maricato, 2013, p. 22)

Referências bibliográficas

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação no Brasil:** arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo.** Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia.** São Paulo: Editora Ática, 2000.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes:** Do Direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **Espaços de esperança.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 2013.

KOWARICK, L. **Viver em risco:** sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: 34, 2009.

LEFEBVRE, H. **Direito a cidade.** São Paulo: Editora Documentos Ltda, 1969.

_____. **A revolução Urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

ROLNIK, R. **O que é a cidade.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

_____. **Ensaio sobre a urbanização Latino-Americana.** São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2010.

_____. **A natureza do espaço:** Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012

_____. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2012.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** Petrópolis RJ: Vozes, 2013.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.